

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº ___, DE 2025
(Do Senhor Helio Lopes)

Solicita informações ao Ministro da Previdência Social, Senhor Carlos Lupi, sobre a operação que levou ao afastamento do presidente do INSS em razão de fraudes bilionárias envolvendo descontos indevidos em benefícios previdenciários.

Senhor Presidente,

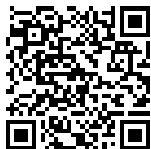
Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, bem como dos arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, o presente Requerimento de Informação, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os fatos divulgados na imprensa nacional relativos a fraudes estruturadas em prejuízo do INSS, apuradas pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União (CGU), e que resultaram no afastamento do então presidente do Instituto, Alessandro Stefanutto.

De acordo com reportagens veiculadas em diversos meios de comunicação, uma organização criminosa teria operado um esquema bilionário de descontos indevidos nos benefícios de segurados do INSS, com prejuízos estimados em R\$ 6,3 bilhões.

Diante da gravidade dos fatos, formulam-se os seguintes questionamentos:

1. Medidas administrativas adotadas:

- a) Quando o Ministério da Previdência Social teve ciência das irregularidades que deram origem à operação deflagrada pela PF e pela CGU?
- b) Quais medidas imediatas foram adotadas pelo Ministério após o recebimento das primeiras denúncias ou sinais de irregularidade?
- c) O Ministério instaurou processos administrativos disciplinares ou auditorias internas específicas para apurar o envolvimento de servidores públicos ou dirigentes do INSS?



2. Responsabilidade institucional e governança:

- a) Havia mecanismos de controle e rastreabilidade internos em funcionamento no INSS para detectar descontos indevidos em benefícios previdenciários?
- b) Qual a atuação da ouvidoria e das corregedorias no recebimento de denúncias relacionadas a essas fraudes?
- c) Houve falha ou omissão por parte do INSS na supervisão das entidades conveniadas responsáveis pelos descontos em folha?

3. Impacto aos beneficiários e medidas reparatórias:

- a) Quantos beneficiários foram afetados diretamente pelos descontos não autorizados?
- b) Que medidas estão sendo tomadas para estornar os valores indevidamente descontados dos benefícios?
- c) O Ministério planeja adotar alterações normativas para reforçar os mecanismos de proteção dos segurados do INSS?

JUSTIFICAÇÃO

A solicitação ora apresentada visa subsidiar o controle externo do Poder Legislativo sobre a gestão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), especialmente diante das graves denúncias veiculadas pela imprensa nacional sobre fraudes estruturadas que resultaram no afastamento do presidente do órgão, Alessandro Stefanutto.

Segundo a reportagem publicada pelo Estadão (“Quem é Alessandro Stefanutto, presidente do INSS afastado em operação contra fraude bilionária”, 17 abr. 2025)¹, a operação policial que levou ao afastamento do dirigente identificou a atuação de uma organização criminosa que aplicava descontos indevidos nos benefícios previdenciários de milhões de segurados. A matéria revela que os prejuízos podem chegar a R\$ 6,3 bilhões.

¹ ESTADÃO. *Quem é Alessandro Stefanutto, presidente do INSS afastado em operação contra fraude bilionária*. 17 abr. 2025. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/quem-e-alessandro-stefanutto-presidente-do-inss-afastado-em-operacao-contrafraude-bilionaria-nprei/>. Acesso em: 23 abr. 2025.



Já a Folha de S. Paulo² informou que a operação contou com a participação da Polícia Federal e da CGU e que os descontos indevidos eram realizados sem autorização dos beneficiários, violando princípios constitucionais e compromissos éticos da Administração Pública (“Presidente do INSS é afastado após operação da PF e CGU sobre descontos não autorizados em benefícios”, 17 abr. 2025).

A CNN Brasil³ também noticiou que os investigados agiam com apoio de estruturas dentro e fora do INSS, e que a fraude envolvia convênios com associações que operavam de maneira irregular para debitar valores diretamente das aposentadorias e pensões dos segurados (“Presidente do INSS é afastado após operação sobre fraude de R\$ 6,3 bilhões”, 17 abr. 2025).

Tais revelações impõem a necessidade de rigorosa apuração institucional e parlamentar, bem como de respostas concretas do Ministério da Previdência Social quanto às providências já adotadas e às medidas de responsabilização e reparação em curso.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 2025.

Deputado HELIO LOPES

PL – RJ

² FOLHA DE S. PAULO. *Presidente do INSS é afastado após operação da PF e CGU sobre descontos não autorizados em benefícios*. 17 abr. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/04/presidente-do-inss-e-afastado-apos-operacao-da-pf-e-cgu-sobre-descontos-nao-autorizados-em-beneficios.shtml>. Acesso em: 23 abr. 2025.

³ CNN BRASIL. *Presidente do INSS é afastado após operação sobre fraude de R\$ 6,3 bilhões*. 17 abr. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/presidente-do-inss-e-afastado-apos-operacao-sobre-fraude-de-r-63-bilhoes/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

